



EL ANDE DE NOROCCIDENTE

JUSTICIA
COMENTADA

© 2015 by Editora Atlas S.A.

Capa: Leonardo Hermano
Composição: Luciano Bernardino de Assis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moraes, Alexandre de
Justiça comentada / Alexandre de Moraes.
São Paulo : Atlas, 2015.

Bibliografia.
ISBN 978-85-97-00188-4
ISBN 978-85-97-00189-1 (PDF)

1. Direito 2. Justiça I. Título.

15-06232
CDU-340.114

Índice para catálogo sistemático:

1. Justiça : Direito 340.114

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.
A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme
Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias,
1384 Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	ix
Que modelo de combate à corrupção queremos?	1
A PEC 33/11 cria uma guerrilha institucional inútil	7
Adolescente infrator precisa de maior responsabilização	13
Estados têm papel a cumprir contra crime organizado	17
Relevância fundamental da escolha de membro do STF	23
Separação de poderes e efeitos vinculantes e <i>erga omnes</i>	29
Passesatas são legítimas, mas devem respeitar a democracia	35
Controle da justiça em projetos de lei, só em exceções	39
Excepcionalidade na renovação de prazo para escutas	43
É possível combinar vitaliciedade com regime disciplinar	49
Aplicação da Ficha Limpa após eleições é discutida	55
Congresso Nacional precisa recuperar sua dignidade	63

- Desempate sobre infringentes está em boas mãos 69
- As causas da proliferação de partidos políticos 77
- Interrogatório nas instâncias penal e administrativa 83
- Novas regras devem fortalecer democracia representativa 91
- “Cláusula de desempenho” fortalece o sistema eleitoral 97
- Biografias requerem liberdade com responsabilidade 103
- Congresso finalmente adota voto aberto para cassações 109
- Amplitude e limitações da competência disciplinar do CNJ 113
- Hipóteses de inelegibilidade do vice-chefe do Executivo 119
- Extradição ou cumprimento da pena de Pizzolato na Itália 123
- Prerrogativa de foro e desmembramento de ações 127
- O devido processo legal e a vedação às provas ilícitas 133
- Firmeza não deve ser confundida com restrição desnecessária 137
- Necessidade de avanço institucional para fortalecimento do Estado federal 143
- Constituição protege inviolabilidade de celulares e computadores 147
- Escolha de ministros do STF precisa de mais participação de todos os poderes 155

- STF e os pedidos de cooperação internacional em matéria penal 163
- Estado deve tutelar direito à vida independentemente de questões religiosas 167
- Controle de constitucionalidade é vedado ao Conselho Nacional de Justiça 173
- Supremo deve decidir sobre supervisão judicial nas investigações penais 183
- Impedir acesso de CPIs a provas agrava crise de representatividade 187
- Ressarcimento ao erário por improbidade não pode ser pleiteada em ação autônoma 193
- Novos instrumentos permitem concretizar direitos humanos no STF e STJ 201
- Referências* 207